

Educando
para a paz

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

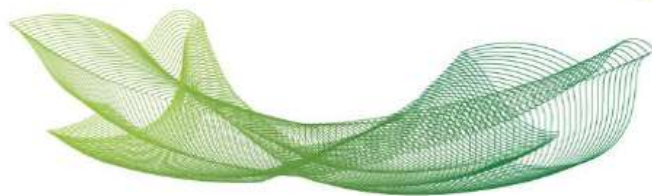
BÁRBARA MERLO FERRACCIÚ PAGOTTO

**EMPODERAMENTO FEMININO NAS ATIVIDADES DO SCFV NO
BRASIL:**

Revisão bibliográfica de artigos do serviço social (2019-2024)

Itatiba

2024



EMPODERAMENTO FEMININO NAS ATIVIDADES DO SCFV NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE ARTIGOS DO SERVIÇO SOCIAL (2019-2024)

PAGOTTO, Bárbara Merlo Ferracciú – RA:202106652

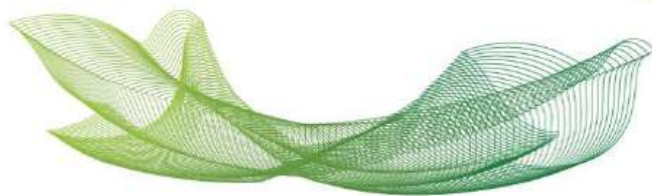
SOUZA, Leila Jesus Manzano de

RESUMO

Este estudo investiga o papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no empoderamento feminino no Brasil, com base em uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2019 e 2024. A pesquisa aborda a contribuição do SCFV para a autonomia e fortalecimento das redes de apoio entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Como objetivo, busca-se analisar como as práticas do SCFV, como rodas de conversa, oficinas de arte e atividades de educação não formal, incentivam o desenvolvimento da autoconfiança e a conscientização sobre direitos, promovendo a quebra de barreiras de gênero. A fundamentação teórica baseia-se em conceitos de empoderamento feminino de autoras como Sardenberg, Stromquist e Kabeer, que discutem o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva. A metodologia qualitativa é aplicada na análise dos artigos, permitindo identificar o impacto das atividades do SCFV no fortalecimento pessoal e social das participantes. Os resultados mostram que o SCFV oferece um ambiente seguro para a troca de experiências e a construção de vínculos comunitários, demonstrando ser uma ferramenta relevante na promoção do protagonismo feminino. Como recomendações, sugere-se ampliar a divulgação do SCFV, introduzir atividades focadas especificamente no empoderamento e capacitar continuamente os profissionais para potencializar o impacto desse serviço na emancipação das mulheres.

Palavras-chave:

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Empoderamento Feminino; Assistência Social; Gênero;



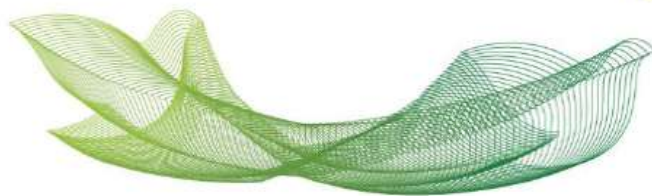
INTRODUÇÃO

O empoderamento feminino é essencial para a promoção da equidade de gênero e o fortalecimento social, particularmente em contextos de vulnerabilidade. No Brasil, as políticas públicas voltadas para a proteção e promoção das mulheres têm ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Programas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são exemplos claros desse avanço, oferecendo às mulheres espaços de interação, apoio mútuo e desenvolvimento pessoal. O SCFV tem se consolidado como uma ferramenta poderosa na promoção da autonomia feminina e no combate às desigualdades de gênero.

A escolha deste tema está diretamente relacionada à vivência da estudante pesquisadora durante seu estágio e trabalho na SIBES - Sociedade Itatibense para o Bem-Estar Social, em Itatiba-SP, onde foi possível acompanhar de perto as transformações e desafios enfrentados por mulheres participantes de atividades socioeducativas. Essa experiência despertou o interesse em investigar, por meio de uma revisão bibliográfica, como os grupos de SCFV no Brasil contribuem para o empoderamento feminino, oferecendo uma compreensão mais ampla de suas práticas e impacto social.

Este projeto tem como objetivo geral conhecer e analisar as discussões realizadas em artigos científicos publicados entre 2019 e 2024, com foco nas atividades promovidas pelo SCFV voltadas para o empoderamento das mulheres. Os objetivos específicos incluem: (1) Examinar o impacto dos grupos do SCFV no fortalecimento das redes de apoio social entre as mulheres participantes; (2) Identificar as práticas e atividades específicas dentro do SCFV que contribuem para o empoderamento das participantes; e (3) Propor recomendações para o aprimoramento dos grupos, com base nos resultados obtidos, a fim de potencializar o empoderamento das mulheres.

Para embasar essa investigação, serão analisados neste estudo quatro artigos que contribuem para a compreensão da importância dos serviços oferecidos pelo SUAS, especialmente no contexto do SCFV.



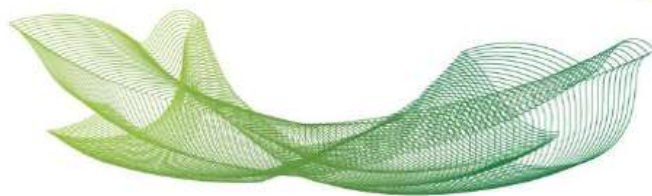
No primeiro artigo, “Sobre Conhecer e (co)Construir: mútuas ressonâncias entre o CRAS e suas usuárias” (2020) de Izabela Penha Silva, a autora investiga como um grupo de mulheres em um CRAS de Minas Gerais percebe o SCFV. Ela destaca o serviço como espaço de apoio emocional e empoderamento, valorizado pelas usuárias para o fortalecimento de laços comunitários.

O segundo artigo, “O Serviço Social e a Violência Doméstica: A Arte Como Estratégia Pedagógica ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres no SCFV” (2022) de Suyland Valcacio Bernardino, explora o uso da arte como ferramenta pedagógica no SCFV para enfrentar a violência doméstica. A autora analisa como a intervenção do assistente social, por meio de atividades artísticas, contribui para a conscientização e autonomia das mulheres, incentivando-as a romper com situações de violência.

Patrícia Cristina Antonietto e Lívia Morais Garcia Lima (2022) abordam em seu artigo “História Oral das mulheres usuárias da Assistência Social: diálogos com a Educação Não Formal”, a importância da educação não formal no SCFV e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) na cidade de Americana/SP. Utilizando a metodologia da História Oral, o artigo evidencia como as usuárias atribuem significados ao aprendizado e às interações no SCFV, destacando a relevância dos espaços grupais para o fortalecimento dos vínculos comunitários. A análise oferece uma perspectiva educativa sobre o SCFV, que enriquece a discussão deste estudo ao tratar a educação não formal como um meio de empoderamento.

Por fim, em “Nós, o CRAS e a Comunidade: A experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região Metropolitana de Florianópolis” (2019) Deise Lucia Antunes Lopes apresenta uma pesquisa-intervenção com um grupo de mulheres que, através do artesanato e rodas de conversa, fortalece seus vínculos e mantém atividades comunitárias no CRAS. O estudo destaca a autonomia do grupo, que autossustenta suas atividades, e a importância dos laços construídos com a equipe PAIF e entre as mulheres.

A hipótese apresentada nesta pesquisa é de que os grupos de SCFV promovem um aumento significativo no empoderamento social das mulheres participantes, refletido em maior autoconhecimento, autoconfiança e capacidade de enfrentar desafios pessoais.

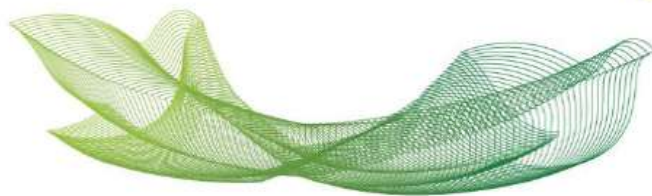


O SCFV, como parte das políticas públicas de proteção social básica (GOVERNO FEDERAL, 2023), atua diretamente na promoção da cidadania e na redução das desigualdades, sendo um instrumento fundamental para a emancipação feminina em contextos vulneráveis. Ao proporcionar um espaço para a construção coletiva e crítica, o SCFV contribui para a transformação social, empoderando as mulheres para que possam exercer plenamente seus direitos. Essa abordagem está em consonância com o papel do Serviço Social de atuar como mediador das desigualdades estruturais e promotor de justiça social (CFESS, 1993).

A fundamentação teórica deste estudo está ancorada em uma revisão crítica da literatura. O empoderamento feminino, no contexto da assistência social, é uma construção histórica que envolve a transição do assistencialismo ao reconhecimento dos direitos sociais. Segundo Santana, Silva e Silva (2020), essa evolução foi marcada pela consolidação da PNAS e do SUAS, que possibilitaram a criação de programas como o SCFV, voltados ao fortalecimento da autonomia das mulheres. Vanessa Bezerra de Souza (2020) complementa esse debate, ao destacar que o Serviço Social tem um papel importante na luta contra as desigualdades de gênero e na promoção de ações que desafiem o patriarcado.

Autoras como Couto, Yazbek e Silva (2014) afirmam que o SUAS está em constante adaptação às demandas sociais, e que o SCFV se ajusta às necessidades emergentes, contribuindo para o empoderamento psicológico e social das mulheres. Aldaíza Sposati (2018), por sua vez, destaca a importância da assistência social no enfrentamento das desigualdades e no rompimento com os papéis tradicionais de gênero, promovendo um processo de desconstrução das identidades impostas, algo que também se reflete nas atividades do SCFV.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta uma revisão da literatura sobre o empoderamento feminino. A segunda parte analisa os resultados da revisão bibliográfica, destacando as principais contribuições das atividades do SCFV para o fortalecimento das mulheres. Finalmente, as considerações finais discutem as lacunas identificadas na literatura e sugerem direções para pesquisas futuras sobre o tema.



1. REFERENCIAL TEÓRICO: EMPODERAMENTO FEMININO

1.1 Empoderamento Feminino na Perspectiva Feminista

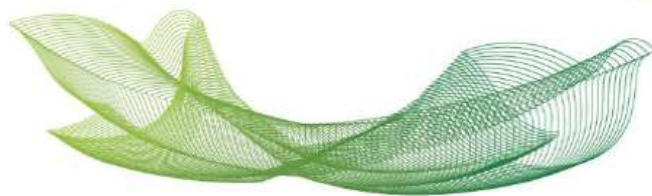
O conceito de empoderamento feminino tem sido amplamente discutido por diferentes correntes teóricas feministas, e sua definição passou por diversas transformações ao longo do tempo. Inicialmente, o empoderamento surgiu da práxis feminista¹ e dos movimentos de base, antes de ser apropriado e teorizado por instituições acadêmicas e governamentais. No entanto, como aponta Sardenberg² (2006), esse conceito perdeu parte de sua radicalidade ao ser incorporado e apropriado por discursos de desenvolvimento, especialmente aqueles veiculados por instituições como Banco Mundial ou até mesmo o Presidente norte-americano George Bush II. Essas divergências resultam em diferentes interpretações sobre o empoderamento, seja como um fim em si mesmo, ou como um instrumento para o desenvolvimento econômico e social.

Para o feminismo, particularmente na perspectiva latino-americana, o empoderamento das mulheres é tanto um processo quanto um objetivo, implicando na conquista da autonomia, autodeterminação e controle sobre suas próprias vidas (SANDENBERG, 2006). O empoderamento é visto como uma forma de libertação das opressões impostas pelo sistema patriarcal. Assim, as feministas buscam questionar, desestabilizar e, eventualmente, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero.

Sardenberg (2006) também discute como o empoderamento feminino é frequentemente concebido em termos individuais e coletivos. O empoderamento individual, que se refere ao aumento de autoestima, autoconfiança e capacidade de tomar decisões, é uma dimensão importante, mas pode ser insuficiente se não estiver vinculado a ações coletivas. O empoderamento, para ser efetivo,

¹ Segundo Bell Hooks (2000), a *práxis feminista* é a união entre teoria e prática, sendo essencial que a teoria feminista se conecte à vida cotidiana para promover mudanças reais e combater o sexismo e outras formas de opressão por meio de ações políticas e sociais cotidianas.

² Cecília M.B. Sardenberg é antropóloga e professora titular aposentada de antropologia na UFBA. Formada em Antropologia pela Illinois State University, possui Mestrado e Doutorado em Antropologia pela Boston University e Pós-Doutorado no Institute of Development Studies (IDS), University of Sussex. Fundadora da REDOR e co-coordenadora de programas internacionais de pesquisa sobre empoderamento feminino e direitos das mulheres. Foi Coordenadora Nacional do OBSERVE, monitorando a aplicação da Lei Maria da Penha, e integrou várias delegações brasileiras na Comissão da ONU sobre o Status da Mulher.



deve integrar o fortalecimento comunitário e solidário, promovendo mudanças estruturais na sociedade. A autora destaca que o empoderamento deve ser entendido como um processo contínuo de conscientização, ação coletiva e transformação social, no qual as mulheres não só reconhecem sua opressão, mas também atuam para modificá-la.

A teórica feminista Nelly Stromquist³ (2002) também contribui para essa discussão, ao propor que o empoderamento feminino abrange quatro dimensões: cognitiva, psicológica, política e econômica. Cada uma dessas dimensões é essencial para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero, o fortalecimento da autoestima, a capacidade de organização e mobilização política, e o acesso a recursos econômicos que permitam maior autonomia para as mulheres.

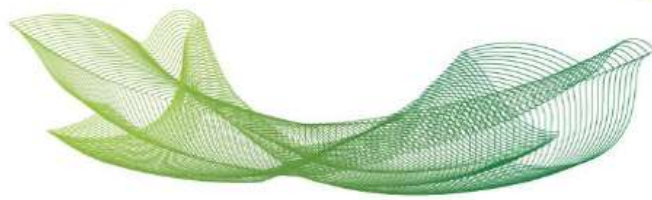
Além disso, a perspectiva de Naila Kabeer⁴ (1999) complementa essa visão ao afirmar que o empoderamento envolve a capacidade de fazer escolhas estratégicas, especialmente em contextos nos quais essa possibilidade era previamente negada. Para Kabeer (2005), o empoderamento é um processo que amplia os horizontes de escolha das mulheres, permitindo que elas assumam controle sobre suas vidas e rompam com estruturas de poder opressoras.

Em resumo, o empoderamento feminino na perspectiva feminista é um conceito dinâmico e abrangente, que se refere tanto ao fortalecimento individual quanto às ações coletivas de transformação social. O objetivo final é desafiar e dismantlar as estruturas patriarcais que perpetuam as desigualdades de gênero, promovendo, assim, uma verdadeira emancipação das mulheres.

1.2 Empoderamento Feminino no Contexto do SCFV

³ Nelly P. Stromquist é Professora na Universidade de Maryland. Sua pesquisa abrange uma ampla gama de temas: gênero e educação; educação popular e não formal; movimentos sociais na educação; políticas de equidade globais e nacionais; e o impacto da globalização na educação, particularmente na identidade do professorado. Ela analisa fenômenos educacionais a partir de uma perspectiva sociológica baseada na teoria crítica.

⁴ Naila Kabeer é uma economista social britânica de origem indiana e bengali, pesquisadora, escritora e professora na London School of Economics. Foi presidente da Associação Internacional para a Economia Feminista (IAFFE) de 2018 a 2019.



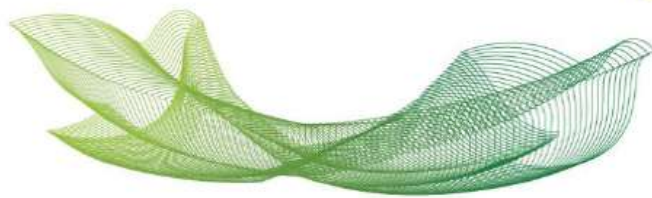
A **PNAS**, instituída em 2004, marcou uma mudança significativa na assistência social brasileira, reconfigurada pelas conquistas democráticas trazidas pela Constituição de 1988. Antes desse marco, a assistência social no Brasil não era vista como um direito, mas sim como uma prática eleitoreira e clientelista, sem compromisso com a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos. Segundo Potyara Pereira (2007), a assistência social antes de 1988 era "dita por valores e interesses que se confundiam com dever moral, vocação religiosa, sentimento de comiseração ou, então, com práticas eleitoreiras, clientelistas e populistas."

Com a promulgação da Constituição de 1988, a assistência social passou a ser reconhecida como "política pública de Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência" (BRASIL, 1988), ganhando um novo status e se distanciando das práticas assistencialistas que a estigmatizavam.

A criação do **SUAS**, regulamentado pela PNAS em 2004, trouxe um aparato normativo que organizou e sistematizou a política de assistência social no país. Esse sistema visa garantir a implementação e gestão da Política por meio da descentralização e participação social, estabelecendo vínculos orgânicos com políticas congêneres, evitando ações paliativas e focalizadas exclusivamente na pobreza extrema.

Pereira (2007) destaca que o SUAS foi criado para assegurar três tipos principais de proteção para as populações vulneráveis: "segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio", todas voltadas ao desenvolvimento humano e social, sempre associado à cidadania. Essa mudança representou uma "revolução no pensamento juspolítico" (*ibidem*), ampliando o catálogo de direitos no país e trazendo a assistência social para o centro dos debates sobre cidadania e políticas públicas.

A segurança de sobrevivência é voltada a assegurar um valor monetário mínimo a pessoas em situação de extrema pobreza, como idosos e pessoas com deficiência, sem condições de sustento próprio ou familiar e que não contribuem para a Previdência Social. Esse tipo de proteção é viabilizado pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelos Benefícios Eventuais, voltados a situações de calamidade e outras contingências sociais (*ibidem*).



A segurança de acolhida, por sua vez, destina-se a atender indivíduos em condições de vulnerabilidade extrema, como pessoas em situação de abandono, violência familiar ou dependência de substâncias. Esse eixo proporciona acesso a necessidades básicas – como alimentação, vestuário e moradia – por meio de serviços e espaços de curta a longa permanência, como abrigos e albergues, com uma equipe profissional capacitada para escuta qualificada e ações socioeducativas (*ibidem*).

Já a segurança de convívio busca o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de indivíduos com laços afetivos e sociais fragilizados (*ibidem*). É nesse contexto que o SCFV se destaca. Este é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, ofertado como complemento ao trabalho social realizado com famílias por meio do PAIF e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2023).

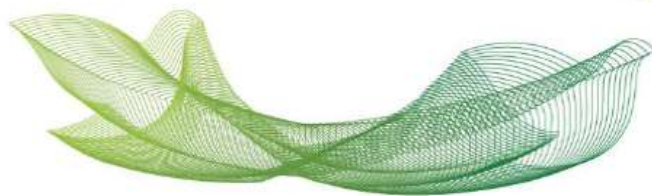
O SCFV oferece atividades socioeducativas e culturais em espaços de convivência, como CRAS e centros de convivência, promovendo a inclusão social e a prevenção de situações de risco, fortalecendo laços comunitários e familiares, e incentivando a autonomia e o exercício da cidadania.

Essas três formas de segurança, com a importante contribuição do SCFV, promovem a inserção digna dos indivíduos assistidos no contexto social e garantem uma proteção integrada e proativa, alinhada com os direitos e deveres da cidadania.

Os atendimentos do SCFV são realizados em grupos e incluem atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, entre outras, adaptadas às diferentes faixas etárias dos usuários. Estes são organizados em grupos por faixa etária ou de forma intergeracional, atendendo desde crianças até idosos, cada um com suas variadas demandas e necessidades. (BRASIL, 2023).

A proposta principal do SCFV é ser uma intervenção social planejada, criando situações desafiadoras que estimulem e orientem os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências, tanto no âmbito individual quanto no coletivo e familiar.

O objetivo do serviço é fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido da vida em comunidade. Desta forma, observa-se que o



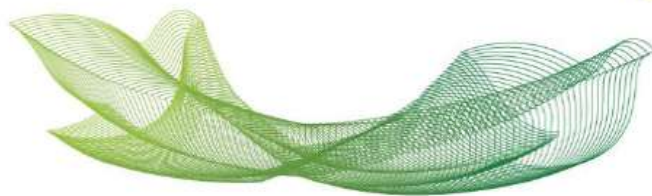
SCFV tem um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos, bem como no desenvolvimento das capacidades dos usuários (BRASIL, 2023).

O SCFV desempenha um papel fundamental na promoção do empoderamento feminino. Ao oferecer atividades que promovem a autoestima, a integração e a conscientização sobre direitos, este serviço se torna especialmente relevante para mulheres em situação de vulnerabilidade. Ele é um espaço que, ao trabalhar temas como cidadania, pertencimento e direitos, contribui para que as mulheres desenvolvam uma consciência crítica sobre seu papel social e suas potencialidades, estimulando-as a se tornarem protagonistas de suas próprias histórias.

Esse processo de construção de autonomia dialoga diretamente com o conceito de práxis feminista, que une teoria e prática feminista com o objetivo de transformar a realidade de mulheres oprimidas, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Como ressalta Maira Franciane da Silva (2022), o feminismo é "uma das frentes mais poderosas de luta para combater o sexismo e por justiça social", permitindo que as mulheres se reconheçam como sujeitos políticos e rompam com as barreiras impostas pelo patriarcado.

Ao integrar essa perspectiva crítica e feminista, o SCFV vai além de um serviço assistencial, atuando como um mecanismo de empoderamento feminino. A proposta de intervenção social do SCFV, ao criar situações desafiadoras e estimular a troca de experiências entre as participantes, visa não apenas fortalecer os vínculos familiares e comunitários, mas também promover a emancipação dessas mulheres, oferecendo-lhes ferramentas para confrontar as estruturas de opressão que limitam suas vidas.

Além disso, Silva (2022) argumenta que, historicamente, as mulheres foram subjugadas por sistemas patriarcais e capitalistas, sendo marginalizadas em suas demandas e lutas. No contexto do SCFV, as atividades oferecidas possibilitam a "construção e reconstrução de suas histórias e vivências" (*ibidem*), criando um espaço de ressignificação pessoal e social. Essa abordagem alinha-se ao entendimento de que o empoderamento feminino é um processo que envolve conscientização e ação, ajudando as mulheres a questionarem e romperem com a "opressão específica que acomete todas as mulheres" (*ibidem*).



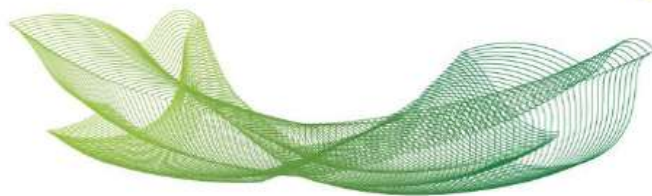
Essa ligação entre teoria feminista e prática social torna o SCFV um espaço propício para que as mulheres desenvolvam sua autonomia, reconstituam suas identidades e fortaleçam suas relações, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. O empoderamento, nesse sentido, não é apenas individual, mas coletivo, proporcionando uma transformação nas relações de poder dentro das comunidades atendidas.

2. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, a qual consiste no uso de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações e artigos científicos para análises aprofundadas. A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de analisar o empoderamento feminino no contexto do SCFV, utilizando como fonte artigos científicos publicados entre os anos de 2019 e 2024. A pesquisa bibliográfica permite identificar as discussões e práticas presentes na literatura acadêmica sobre o tema, possibilitando uma visão crítica e abrangente sobre as contribuições do SCFV para o empoderamento das mulheres.

A opção pela pesquisa qualitativa foi adotada devido ao seu caráter exploratório e interpretativo, que permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais e culturais envolvidos no processo de empoderamento feminino, conforme registrado nas publicações. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa é adequada para investigar temas complexos, pois busca compreender a realidade social a partir da percepção dos sujeitos ou da análise de documentos.

Neste estudo, a pesquisa qualitativa será aplicada por meio da interpretação das discussões presentes nos artigos selecionados, utilizando categorias de análise que enfocam o impacto das atividades do SCFV sobre as mulheres participantes. Essa abordagem permitirá identificar nuances e significados que contribuem para uma melhor compreensão do empoderamento feminino no contexto das ações desenvolvidas.



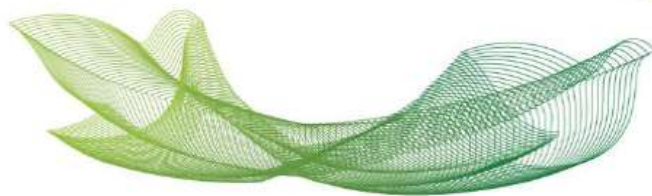
3. RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

TABELA 1 – Artigos abordados neste estudo

Autor(es)	Título do Trabalho	Ano de Publicação
Patrícia Cristina Antonietto, Lívia Moraes Garcia Lima	"História Oral das Mulheres Usuárias da Assistência Social: Diálogos com a Educação Não Formal"	2022
Suyland Valcacio Bernardino	"O Serviço Social e a Violência Doméstica: A Arte como Estratégia Pedagógica ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres no SCFV"	2022
Izabela Penha Silva	"Sobre Conhecer e (Co)Construir: Mútuas Ressonâncias entre o CRAS e Suas Usuárias"	2020
Deise Lucia Antunes Lopes, Kátia Maheirie, Ana Maria Justo	"Encontro de Mulheres no CRAS: Uma Experiência na Construção Grupal"	2019

Fonte: Arquivo pessoal

Os artigos selecionados mostram, de maneira consistente, o impacto positivo dos grupos do SCFV no fortalecimento das redes de apoio entre as mulheres. No estudo de Izabela Penha Silva (2020), realizado em um CRAS no interior de Minas Gerais, é destacado como as mulheres encontram, nesse espaço, uma fonte de acolhimento e apoio emocional. Ao lidar com situações de vulnerabilidade, como a perda de familiares, por exemplo, as participantes



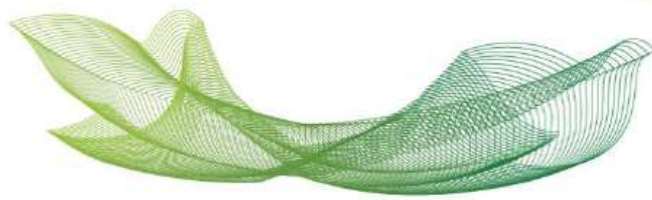
percebem o CRAS como um lugar seguro e recomendam o serviço a outras pessoas em suas redes sociais. Segundo Silva, "a participação no grupo de convivência oferecido pelo CRAS fortaleceu laços comunitários e familiares entre as mulheres, criando um 'nós' coletivo" (SILVA, 2020).

De forma similar, Patrícia Cristina Antonietto e Lívia Morais Garcia Lima (2022) abordam, no artigo "História Oral das mulheres usuárias da Assistência Social: diálogos com a Educação Não Formal", o SCFV como um espaço seguro onde as mulheres podem compartilhar suas experiências e refletir sobre suas realidades. A pesquisa, realizada na cidade de Americana/SP, aponta que as participantes valorizam a oportunidade de desenvolver um senso de comunidade e reconhecer desafios comuns. As autoras descrevem que "a atividade grupal permite a identificação e favorece a percepção de classe, de coletivo – tão atacada pelo ideário individualista no capitalismo", ressaltando a importância de um ambiente de solidariedade e cooperação.

O artigo de Deise Lucia Antunes Lopes, Kátia Maheirie e Ana Maria Justo (2019), desenvolvido em um CRAS da região metropolitana de Florianópolis, exemplifica como a formação de grupos no SCFV pode criar um espaço de suporte e ajuda mútua. Inicialmente formado com atividades de artesanato, o grupo evoluiu para um espaço de partilha, onde as mulheres sentiam-se acolhidas e compreendidas. As autoras relatam que "a experiência grupal permitiu o estabelecimento do 'nós' e da importância do outro e do grupo como mediador no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (Lopes et al., 2019). Esse espaço de convivência tornou-se essencial para muitas participantes, especialmente em um contexto de escassez de recursos.

Os artigos convergem em apresentar práticas e atividades do SCFV que favorecem o empoderamento feminino de diferentes maneiras. Silva (2020) detalha uma série de atividades como oficinas de memória e coordenação motora, rodas de conversa e oficinas temáticas que incentivam as participantes a desenvolverem habilidades e fortalecer sua autoconfiança.

As oficinas de memória e coordenação motora, por exemplo, ajudam as participantes a manterem suas capacidades físicas e mentais, promovendo a autonomia, enquanto as rodas de conversa criam um espaço seguro para que elas discutam temas relevantes para suas vidas. Essa experiência grupal alinha-



se ao conceito de *empoderamento coletivo* de Sardenberg (2006), que defende que o empoderamento das mulheres ocorre não apenas individualmente, mas também por meio do fortalecimento das redes de apoio e da ação coletiva.

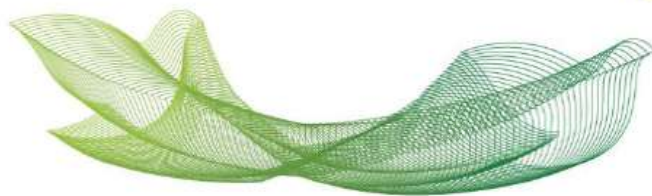
Silva (2020) destaca que essas práticas “promovem não apenas a convivência, mas também o desenvolvimento pessoal, aumentando a autoconfiança e a autonomia”.

Suyland Valcacio Bernardino (2022), no artigo “O Serviço Social e a Violência Doméstica: A Arte Como Estratégia Pedagógica ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres no SCFV”, explora a utilização da arte como ferramenta pedagógica para enfrentar a violência doméstica. A autora analisa atividades artísticas como o Teatro do Oprimido, que permite que as participantes encenem suas histórias de violência e imaginem novos desfechos, promovendo a construção de uma nova narrativa para suas vidas.

A prática descrita por Bernardino ecoa o conceito de *empoderamento psicológico* de Stromquist (2002), que considera a reconstrução da autoestima e da identidade como fundamentais para que as mulheres desenvolvam autonomia e força para se libertarem de contextos de opressão. A autora afirma que “o teatro permite que as mulheres representem suas próprias histórias e, ao transformarem o desfecho das cenas, transformam-se de vítimas em protagonistas de suas vidas” (Bernardino, 2022). Essa prática, aliada a outras expressões artísticas, como dança e música, proporciona um espaço de reflexão crítica sobre a violência doméstica e estimula o rompimento com a passividade e o conformismo.

Antonietto e Lima (2022) ressaltam, ainda, a importância de atividades como exibição de filmes e dinâmicas de grupo para promover o autoconhecimento e o fortalecimento da voz das participantes. Essas práticas oferecem uma oportunidade para que as mulheres se reconheçam como protagonistas de suas histórias, explorando questões que, segundo as autoras, “não encontram espaço de expressão e problematização em outros contextos da vida das participantes”.

Essa valorização do *autoconhecimento e da educação como forma de empoderamento* remete às ideias de Naila Kabeer (1999), que afirma que o empoderamento envolve a ampliação das opções e da capacidade de escolha



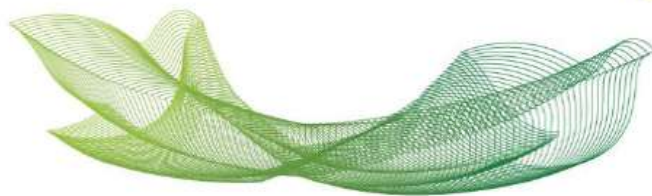
das mulheres, especialmente em ambientes onde suas vozes são tradicionalmente silenciadas. As práticas de diálogo e educação não formal ajudam a desenvolver habilidades de comunicação e a fortalecer a autonomia das mulheres, promovendo um espaço seguro para a autoexpressão e a reflexão crítica.

3.1 Achados da Pesquisa e Recomendações Para o Aprimoramento dos Grupos do SCFV

Os artigos analisados oferecem recomendações valiosas para aprimorar as práticas do SCFV, ressaltando seu papel no empoderamento feminino. Silva (2020) destaca a importância de adaptar as atividades às necessidades das usuárias, promovendo a participação ativa no planejamento e execução das ações. Essa participação reforça o protagonismo das mulheres no processo decisório, fortalecendo a emancipação e a cidadania ativa. Segundo Silva, “ao participar do SCFV, as mulheres encontram um espaço de expressão e colaboração, onde podem propor temas, sugerir atividades e influenciar as práticas do Grupo de Mulheres”.

No estudo de Lopes et al. (2019), a autogestão do grupo revela-se uma prática fundamental. A venda de produtos artesanais contribui para a sustentabilidade da associação, permitindo a continuidade das atividades. As autoras afirmam que “o grupo de convivência de mulheres tornou-se um grupo organizado e autorreflexivo. A práxis comum é a constante luta e resistência pela manutenção deste espaço dentro do CRAS” (Lopes et al., 2019). Esse modelo incentiva a independência e protagonismo das participantes, apontando novas possibilidades para a sustentabilidade das atividades do SCFV.

Bernardino (2022) propõe a arte como uma ferramenta essencial no SCFV, destacando que a expressão artística, além de acolher, fortalece as redes de proteção e promove a conscientização sobre os direitos. A inclusão de atividades como teatro e música vai além da assistência tradicional, criando um espaço de enfrentamento à violência. Bernardino comenta que “a arte se insere num processo educativo que, mediado pelo (a) assistente social, colabora no



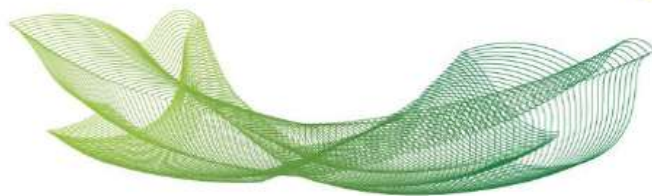
desenvolvimento de novas atitudes, permitindo a emancipação de mulheres vítimas da violência doméstica” (*ibidem*).

Já o estudo de Antonietto e Lima (2022) traz uma inovação metodológica ao utilizar a História Oral⁵ para capturar as vozes das participantes, oferecendo uma perspectiva de educação não formal. A metodologia permite uma compreensão profunda das experiências das mulheres, valorizando suas histórias e promovendo reflexão crítica. As autoras concluem que essa abordagem “traz à luz as vozes de outros segmentos populacionais”, reafirmando o SCFV como espaço de promoção de cidadania e autonomia, mais do que simples assistência (Antonietto & Lima, 2022).

Esses estudos compartilham elementos centrais que esclarecem o papel do SCFV na promoção do empoderamento feminino e no fortalecimento das redes de apoio. Primeiramente, há um destaque para a importância das redes de apoio e convivência, em que todas as análises ressaltam o efeito positivo do SCFV na criação dessas conexões. Em cada estudo, o SCFV é reconhecido como um espaço acolhedor e de suporte, onde as mulheres compartilham experiências e constroem vínculos essenciais para apoio emocional, principalmente em contextos de vulnerabilidade.

No contexto do SCFV, um dos pontos mais significativos observados é a necessidade de fortalecer a noção do “nós” e a construção de coletividade entre as participantes. O senso de coletividade vai além do simples agrupamento de pessoas; ele se traduz na criação de uma rede de apoio mútuo, onde as experiências, conhecimentos e desafios são compartilhados, contribuindo para a formação de uma comunidade fortalecida e solidária. As incentivam a integração e o fortalecimento de laços, estimulando as mulheres a se reconhecerem como parte de um grupo que busca soluções coletivas para suas dificuldades

⁵ **História Oral** é descrita como uma metodologia que valoriza o relato e as percepções pessoais das participantes sobre suas experiências. Segundo Thompson (1988), essa abordagem permite registrar a história a partir das vozes de quem a viveu, enriquecendo-a com sentimentos e significados que vão além dos fatos. Esse método oferece novas interpretações, destacando a importância dos espaços grupais para mediação da aprendizagem e fortalecimento dos vínculos comunitários, ao possibilitar uma percepção de classe e pertencimento coletivo.



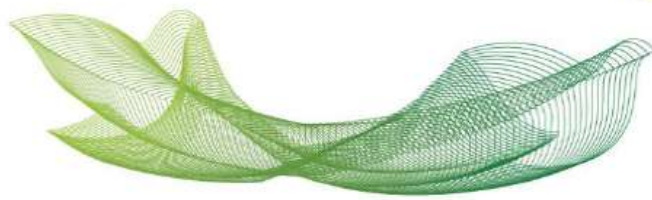
Outro ponto fundamental das pesquisas é o enfoque em práticas voltadas ao empoderamento feminino. As atividades propostas pelo SCFV, como rodas de conversa, oficinas de artesanato, teatro e sessões educativas, são amplamente vistas como ferramentas que favorecem a autonomia, a autoconfiança e a conscientização sobre direitos. Essas atividades incentivam as mulheres a se reconhecerem como protagonistas de suas próprias histórias.

Nota-se também que as metodologias aplicadas nas pesquisas são predominantemente qualitativas, com um foco participativo. O uso da abordagem qualitativa, frequentemente acompanhada por metodologias como a História Oral, possibilita que as experiências das participantes sejam valorizadas e ouvidas. Esse método enriquece a análise ao evidenciar tanto vivências individuais quanto coletivas, ampliando a compreensão do papel desempenhado pelo SCFV.

Outro ponto em comum entre os estudos é a importância atribuída à educação não formal e à arte. Práticas de educação não formal e artísticas, como teatro e rodas de conversa, são usadas como ferramentas pedagógicas para conscientizar de forma inclusiva e acessível, incentivando reflexões sobre o papel social das mulheres. Soma-se a isso o enfoque na autogestão e no protagonismo feminino, pois várias pesquisas, como a de Lopes et al., destacam a relevância de atividades em que as participantes planejam e tomam decisões, possibilitando que atuem como agentes de transformação em suas vidas e na sociedade.

Essas características demonstram que o SCFV, por meio de práticas colaborativas e inclusivas, promove o desenvolvimento social e o empoderamento feminino, enquanto fortalece as redes de apoio. Com base nesses achados, sugerem-se algumas recomendações para aprimorar as atividades do SCFV focadas no empoderamento feminino.

Primeiro, recomenda-se o fortalecimento das práticas de educação não formal e do diálogo crítico, conforme discutido por Antonietto e Lima (2022). Essas práticas poderiam abordar temas como direitos das mulheres e cidadania, oferecendo mais recursos para que as participantes desenvolvam autonomia e voz crítica. Além disso, é recomendado um acompanhamento contínuo e individualizado para que as atividades possam atender às necessidades



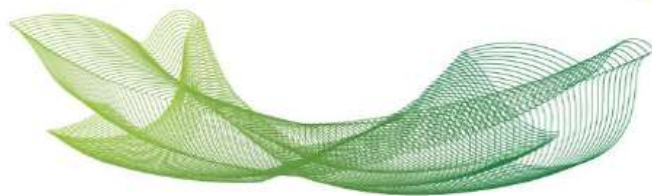
específicas de cada participante, identificando áreas que demandem suporte adicional e, assim, potencializando o autoconhecimento e reforçando as redes de apoio.

Outro aspecto a considerar é a ampliação da divulgação do SCFV. Uma das dificuldades para a participação é a falta de conhecimento sobre o serviço. Uma estratégia de divulgação ativa que atinja a comunidade local, especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade, poderia aumentar o acesso a esse recurso importante.

Embora o empoderamento feminino seja uma consequência natural das atividades do SCFV, poucas práticas são voltadas exclusivamente para esse tema. Assim, sugere-se a criação de atividades dedicadas ao fortalecimento da autonomia e da autoestima das participantes. Tais atividades podem incluir oficinas de liderança e tomada de decisão, que estimulem as mulheres a expressar suas opiniões e assumir papéis de liderança; workshops sobre direitos das mulheres e cidadania, que ofereçam informações sobre questões legais e sociais relevantes; grupos de leitura com temas feministas e motivacionais, seguidos de debates sobre como aplicar esses conceitos em suas experiências; e rodas de conversa sobre empoderamento e autoestima, facilitadas por profissionais do serviço social, que abordem desafios pessoais e coletivos.

Um exemplo relevante é o curso de automaquiagem realizado na SIBES, onde uma profissional não apenas ensinou técnicas de maquiagem, mas também abordou a importância de conhecer a si mesma e de utilizar a maquiagem como uma ferramenta de empoderamento. Durante o curso, destacou-se que a maquiagem não deve ser vista como uma imposição ou algo que aprisiona, mas como uma escolha consciente que reflete o autoconhecimento e a liberdade de expressão de cada mulher.

Por fim, é crucial que os profissionais do SCFV recebam formação continuada sobre empoderamento feminino e práticas de acolhimento. Capacitações regulares permitiriam que os profissionais conhecessem as melhores abordagens para trabalhar com as mulheres. Treinamentos em metodologias participativas, como a História Oral e o Teatro do Oprimido, também fortaleceriam as práticas do SCFV. Além disso, a supervisão e o



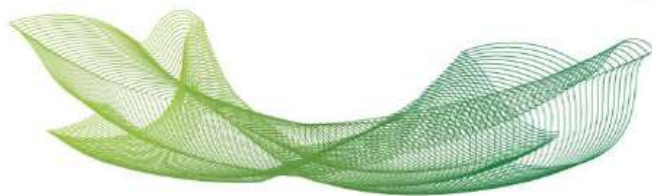
intercâmbio de práticas com outros CRAS e unidades do SCFV facilitariam a troca de experiências e a reprodução de iniciativas bem-sucedidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo explorar o papel do SCFV no empoderamento feminino, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa evidenciou que o SCFV oferece um espaço seguro e inclusivo para que mulheres possam desenvolver sua autonomia, fortalecer redes de apoio e seu senso de comunidade, além de tomar consciência sobre seus direitos. A partir da análise de quatro artigos principais, identificou-se que práticas como rodas de conversa, oficinas de artes e atividades de educação não formal promovem a autoconfiança e incentivam a conscientização crítica das participantes.

O objetivo geral da pesquisa foi amplamente alcançado, pois foi possível identificar, por meio da revisão bibliográfica, as formas pelas quais o SCFV contribui para o empoderamento feminino. Os objetivos específicos também foram atendidos: (1) o impacto dos grupos no fortalecimento das redes de apoio foi evidente nas análises dos artigos, que destacaram o papel do SCFV na criação de laços comunitários e no apoio mútuo; (2) as práticas e atividades específicas, como o uso da arte, rodas de conversa e a inclusão de metodologias participativas como a História Oral, revelaram-se fundamentais para o empoderamento das mulheres; e (3) as recomendações para aprimorar as atividades, como a ampliação de ações de autocuidado, educação não formal e liderança, foram propostas com base nos achados.

A hipótese inicial, de que os grupos de SCFV promovem um aumento significativo no empoderamento social das mulheres participantes, foi confirmada. Exemplos específicos corroboram essa conclusão. No caso do *Teatro do Oprimido*, utilizado como ferramenta pedagógica para enfrentar a violência doméstica, as participantes foram encorajadas a encenar suas histórias e explorar novos desfechos (Bernardino, 2022). Essa prática possibilitou uma



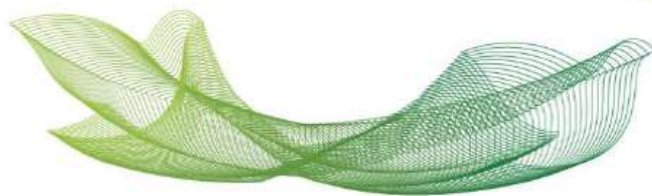
ressignificação das vivências e reforçou a autoestima, alinhando-se à dimensão psicológica do empoderamento descrita por Stromquist (2002).

As práticas de educação não formal também se destacaram como ferramentas fundamentais no SCFV, fortalecendo a autonomia das participantes. No estudo de Antonietto e Lima (2022), por exemplo, a aplicação da metodologia de História Oral permitiu que as mulheres compartilhassem suas vivências e refletissem criticamente sobre suas realidades. Essa abordagem evidenciou que a escuta ativa e a valorização das narrativas individuais contribuem para o fortalecimento da percepção de classe e do senso de pertencimento coletivo. Como apontado pelas autoras, "o ambiente grupal cria um espaço de acolhimento e construção conjunta, possibilitando às mulheres reconhecerem-se como agentes de transformação em suas comunidades".

Outro exemplo significativo é o uso de atividades como artesanato e rodas de conversa, que, além de promoverem a convivência, incentivaram a autogestão em um grupo de mulheres atendido por um CRAS de Florianópolis (Lopes et al., 2019). Essas práticas foram essenciais não apenas para o fortalecimento de laços comunitários, mas também para a emancipação econômica, demonstrando como o SCFV pode atuar simultaneamente nas dimensões coletiva e individual do empoderamento feminino.

Ainda que os resultados sejam positivos, a pesquisa identificou lacunas na literatura sobre o SCFV no contexto contemporâneo, especialmente na ausência de abordagens quantitativas que mensurem o impacto das atividades. Estudos futuros poderiam avaliar de forma mais sistemática aspectos como autoestima, empregabilidade e consciência de direitos entre as participantes. Além disso, práticas inovadoras, como o uso de tecnologias digitais, podem ser exploradas para ampliar o alcance e atrair públicos mais jovens, que enfrentam desafios próprios do mundo contemporâneo.

Entre as recomendações, reforça-se a importância de ampliar a divulgação do SCFV para alcançar mais mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como o desenvolvimento contínuo de atividades focadas no empoderamento. A capacitação dos profissionais também é fundamental para potencializar os impactos dessas ações e garantir que o SCFV continue desempenhando seu papel transformador na vida das participantes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIETTO, P. C.; LIMA, L. M. G. *História Oral das mulheres usuárias da Assistência Social: diálogos com a Educação Não Formal*. Educação, Santa Maria, v. 47, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 15 set. 2024.

BERNARDINO, S. V. *O serviço social e a violência doméstica: a arte como estratégia pedagógica ao enfrentamento da violência contra as mulheres no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo)*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Natal, 2022

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de set. 2024.

BRASIL. *Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. [S. l.], 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 18 out. 2024.

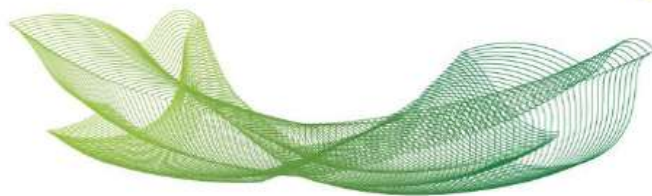
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do/a Assistente Social*. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 18 out. 2024

COUTO, B. R.; YASBEK, C.; SILVA E SILVA, M. O. da; RAICHELIS, R. O *Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2014. 358 p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 05 set. 2024.

HOOKS, B. *O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/bell hooks*; tradução Bhuvi Libanio. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023. 176p.

KABEER, N. *Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment*, 1999. Development and Change, Vol. 30, no. 3, pp.435-464.



KABEER, N. *Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the Third Millennium Development Goals*, 2005. Gender and Development, 13.1, March.

LOPES, D. L. A.; MAHEIRIE, K.; JUSTO, A. M. Encontro de mulheres no CRAS: uma experiência na construção grupal. *Revista Polis e Psique*, v. 10, n. 3, p. 158-177, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2017.2-11Pt>. Acesso em 10 set. 2024

PEREIRA, P. A. *A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS*. SER Social, Brasília, n. 20, p. 63–84, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i20.12767. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12767. Acesso em: 18 out. 2024.

SARDENBERG, C. M. B. *Conceituando empoderamento na perspectiva feminista*. Salvador: NEIM/UFBA, 2006. Disponível em: <https://www.pathwaysofempowerment.org>. Acesso em: 4 out. 2024.

SILVA, M. F. da. *Praxis e teoria feminista no serviço social: um estudo sobre os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo no contexto brasileiro*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, online. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000275.pdf> Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, I. P. *Sobre conhecer e (co)construir: mútuas ressonâncias entre o CRAS e suas usuárias*. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.173>. Acesso em: 18 de set. de 2024

SOUZA, V. B. de. *Gênero, marxismo e serviço social*. *Temporalis*, [s. l.], 15 abr. 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufes.br%2Ftemporalis%2Farticle%2Fview%2F7429&psig=AOvVaw1Gqq7AZjuflUZM5j-3Elam&ust=1726055104928000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAcQr5oMahcKEwjIqY-Fp7iIAxUAAAAAHQAAAAAQBA>. Acesso em: 6 set. 2024.

STROMQUIST, N. P. *Education as a Means for Empowering Women*, 2002. In J. L. Parpart, S. M. Rai, & K. A. Staudt (Eds.), *Rethinking Empowerment: Gender and Development in a Global/Local World* (pp. 22-38). Routledge.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford University Press, 1988.